

**BARRAR O
PL 4330 !
Não à terceirização!**

PUCViva

Nº 948 - 04/5/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

CONSUN APROVA PRAZO DE UM ANO PARA DISCUSSÃO DOS DEPARTAMENTOS

A Comissão de docentes e funcionários eleita pelo Conselho Universitário para discutir a necessidade da manutenção dos departamentos apresentou um relatório ao Consun propondo a concessão de mais um ano para a discussão aprofundada do tema proposto pela Fundasp ao Conselho. O relatório propunha ainda que os possíveis efeitos advindos da decisão da comissão só sejam incorporados às eleições de 2017, devendo ser mantidos os atuais parâmetros para a eleição do próximo mês. Deverá também ser estudada com mais intensidade a situação de departamentos que hoje contam com um número reduzido de docentes (veja íntegra do relatório ao lado).

O plenário do Consun aprovou a decisão da Comissão e as intervenções de docentes e estudantes enfatizaram sua concordância com o arrazoado da Comissão. A professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, enfatizou que mexer-se agora na estrutura do departamento seria mudar uma lógica que foi construída junto com o novo estatuto, onde o departamento foi considerado a estrutura basilar da universidade. Quanto à extinção de departamentos, que contam com poucos professores a professora salientou

As propostas da Comissão do Consun

A Comissão constituída por este E. Conselho e nomeada por meio do Ato da Reitora n. 11/2015, com a finalidade de desenvolver estudos sobre a necessidade de manutenção dos departamentos e suas estruturas na Universidade, vem expor o que se segue:

Considerando a premissa central de que a reflexão sobre a estrutura departamental da

Universidade deva trazer, necessariamente, ganhos acadêmicos e reflexos positivos na qualidade dos cursos da PUC/SP, além dos impactos de natureza financeira;

Considerando ainda, a crucial importância que a discussão dos departamentos tem para a Universidade quer seja no âmbito das Unidades Acadêmicas, quer seja dos próprios departamentos e cursos a eles vinculados;

Considerando também, o elevado grau de complexidade e diversidade que a realidade Universitária apresenta em suas diferentes Unidades Acadêmicas;

Considerando ademais, que qualquer modificação na atual estrutura departamental, segundo a qual se organiza a Universidade, implicará em revisão dos dispositivos normativos constantes do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade relacionados ao tema;

Considerando igualmente, a demora que a Comissão teve na



TALITHA ARRUDA

Acima o plenário do Consun; no destaque o professor Serralvo lê o relatório da Comissão

obtenção das informações técnicas solicitadas e que são fundamentais para a reflexão e tomada de decisão; e

Considerando finalmente, que a Universidade terá a partir do mês em curso, o início do processo eleitoral.

PROPÕE:

1 - Que seja concedido o prazo de um ano para que a Comissão possa discutir, de forma ampla e com a devida profundidade, com a comunidade da Universidade a necessidade de manutenção ou reorganização dos departamentos, com cronograma de trabalho a ser apresentado ao Conselho Universitário - CONSUN na próxima reunião do mês de maio;

2 - Que não haja prejuízo no processo eleitoral que deve ser deflagrado mantendo as eleições para as chefias de departamentos para o próximo mandato (2015/2017) e que os possíveis efeitos de propostas da Comissão aprovadas no Conselho Universitário - CONSUN sejam implementadas apenas para o período posterior a essa próxima gestão; e

3 - Que o Conselho Universitário - CONSUN, reveja de imediato, com efeito para as próximas eleições, a situação dos departamentos que possuem um número extremamente reduzido de docentes.

A Comissão

que tal fato é decorrente da atual política da instituição que acarreta em uma perda contínua de estudantes.

Nesse sentido o representante discente de Ciências Sociais informou que os estudantes têm opinião de que a solução para o problema seria a contratação de

novos docentes para preencher espaços nas unidades. O presidente da Comissão, professor Francico Serralvo, acrescentou que a dificuldade em se manter um departamento com poucos professores não é unicamente financeira, mas também operacional.

A decisão será agora comunicada à Fundasp e a Comissão deverá continuar seus trabalhos apresentando na próxima reunião do Consun um cronograma de suas atividades.

continua na próxima página

continuação da página anterior

ELEIÇÕES GERAIS

Também foi apresentado no Consun o edital que regulará as eleições gerais para Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso e Programas de Pós e representantes docentes no Cepe, Ceccon e Conplad. As eleições deverão acontecer entre os dias 8 e 12 de junho, ficando as inscrições de chapas previstas para os dias 18 e 19 de maio. As condições para as candidaturas seguem os estatutos e regimentos da universidade e os votantes deverão ser os professores, estudantes de cada curso e programa e os funcionários dos expedientes das faculdades onde ocorrer a votação.

Com pequenas alterações o regimento das eleições foi aprovado por unanimidade dos presentes.

RESPOSTA DO CONSAD

Logo na sessão de informes a professora Anna Cintra informou o plenário sobre a resposta do Conselho de Administração, Consad, à indagação do Consun sobre as demissões do final de 2014.

Para surpresa de todos a reitora nomeada informou que para o Consad a resposta ao Consun já foi dada na entrevista que o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo concedeu ao jornal O Estado de S. Paulo em 29/3. Os conselheiros mostraram-se indignados com a resposta e cobraram da reitora uma postura enquanto presidente do Consad. A professora Anna respondeu que ela é presidente, mas não manda no Consad.

Mais uma cena de obscurantismo explícito recai sobre a já combatida autonomia universitária da PUC-SP: agora coube ao Conselho Superior da Fundasp (o Conselho de Bispos) vetar a implantação na PUC-SP da cátedra Michel Foucault, sob a alegação de que o pensamento do filósofo francês não se coaduna com os princípios cristãos.

Em julho de 2014 os professores Marcio Fonseca e Salma Tannus Muchail, do departamento de Filosofia, propuseram a criação da cátedra Michel Foucault na PUC-SP, como resultado de um acerto internacional, envolvendo o governo francês e mais nove universidades daquele país. A iniciativa aconteceu durante a realização do 7º Colóquio Internacional Michel Foucault na PUC-SP que reuniu estudiosos de vários países e contou com o apoio do Consulado da França no Brasil. O acordo previa o envio à PUC-SP de um material inédito na América Latina, ou seja os arquivos em áudio com aulas do filósofo dadas no Collège de France entre 1974 e 1984, que hoje estão disponíveis on-line.

A cátedra foi aprovada por unanimidade em todas as instâncias da PUC-SP. No Conselho Universitário contou com o parecer de mérito do padre Valeriano Santos Costa, diretor da Faculdade de Teologia.

No entanto, a reitoria e a Fundasp assinaram um ato conjunto prevendo que as cátedras a serem implantadas na universidade dependeriam de um parecer do Conselho Superior da Fundasp e, em 23/12/2014, para surpresa dos proponentes, os bispos do Conselho Superi-

or, presidido por dom Odilo Scherer, optaram por um parecer desfavorável à cátedra, pois, segundo os bispos ela era contra a doutrina da Igreja Católica.

Os proponentes da cátedra fizeram um longo arrazoado onde justificavam a intenção acadêmica da formação da cátedra e sua importância para a história da PUC-SP, porém o Conselho, em reunião de 13 de abril deste ano negou-se a analisar o recurso, mantendo o parecer anterior.

REVOLTA

A decisão, apresentada ao Consun de 29/4, provocou uma viva revolta entre todos os presentes, conselheiros e comunidade em geral, contra esta atitude que relembra os piores tempos do período da inquisição. Os conselheiros foram unânimes em contestar a decisão do Conselho lembrando que ela atenta contra a autonomia universitária. A professora Madalena Peixoto levantou a gravidade da situação, pois ela cria um precedente que fere o direito constitucional da autonomia acadêmica da universidade. "Se persistir a negativa devemos ir à imprensa, pois isto acaba com a universidade", disse a docente.

Já a professora Salma,

uma das proponentes da cátedra, lembrou a contradição que hoje para ela representa ser membro da Comissão da Verdade na PUC-SP, um organismo que luta para denunciar a censura, o arbítrio e a repressão na PUC-SP, e estar sendo submetida a este tipo de censura.

A professora Mariza Romero, diretora da Faculdade de Ciências Sociais declarou a sua vergonha de discutir uma situação como esta no Consun. "Agora é uma cátedra, depois serão os nossos programas de curso", declarou a professora.

Já a representante discente da Faculdade de Direito questionou a posição da professora Anna Cintra, que tem acento no Conselho da Fundação e se absteve na votação da decisão.

RECONSIDERAÇÃO

Ao final da discussão foi encaminhada, por unanimidade, a decisão de que o Consun, o Cepe e o Conselho da Faficla encaminhem um pedido de reconsideração da decisão ao Conselho Superior da Fundasp, este pedido deverá ser acrescido de uma sustentação oral, para que os docentes exponham a importância acadêmica da implantação da cátedra.

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octávio de Souza e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

FALA COMUNIDADE

O Torquemada da PUC-SP ataca de novo

Por favor, Papa Francisco, livre a Pontifícia Universidade de São Paulo do Tribunal da Inquisição.

Hamilton Octavio de Souza

Não nutro grande simpatia por Michel Foucault, acho que ele desconversou bastante e desviou a atenção de muita gente sobre as questões centrais para a construção de um mundo melhor. Está superado pela realidade de um mundo dominado pela barbárie capitalista.

Mas defendo com total empenho e dedicação, que as ideias de Foucault circulem livremente em todos os ambientes do mundo, em particular nas universidades. Respeito

com admiração intelectual todos aqueles que se dedicam a estudar, preservar e difundir as ideias do pensador.

Não há Universidade sem a convergência livre e entusiasmada de todas as ideias e de todas as correntes de pensamento. A diversidade é a riqueza natural da Universidade, é a alegria da vida e de todos aqueles que se masturbam com a riqueza do pensamento humano.

Por isso mesmo não dá para aceitar qualquer tipo de censura e de repressão que possam inibir, impedir, tolher e ceifar a possibili-

dade da livre manifestação do pensamento. Quem veta e quem censura atua contra a evolução, contra a criação, contra o desenvolvimento humano.

Quem impede o confronto das ideias, quem joga contra as contradições, quem sufoca o contraponto está totalmente equivocado por achar que é capaz de controlar a racionalidade e a emoção, que é capaz de dominar seus semelhantes eternamente, mantê-los subordinados.

Felizmente a natureza humana não aceita imposições, não aceita a escravidão, não aceita a vida sob a

escuridão. A reação é inevitável, a superação estimula a energia vital, o desafio clama para se romper as barreiras, retirar as amarras, brandir contra as trevas e a opressão.

Se a Inquisição da PUC-SP quer calar a Universidade, que a Universidade se rebelde contra a Inquisição. Tentar impedir o conhecimento não combina com o ambiente de uma instituição que visa romper o obscurantismo e descobrir a verdade das coisas e, coletivamente, encontrar a luz.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

Como ficam as dívidas de professores e funcionários

<p>REAJUSTE SALARIAL</p>	<p>Continua o impasse na negociação salarial dos professores do ensino superior. As mantenedoras fizeram uma nova proposta em nova rodada de negociação (29/4), o sindicato dos mantenedores de ensino superior (Semesp) voltou atrás e ofereceu 7,41%, retroativo a março. O índice corresponde à inflação acumulada entre março/2014 e fevereiro/2015, calculada pela média do ICV-Dieese, INPC-IBGE e IPC-Fipe.</p> <p>O Sinpro-SP, a Fepesp e demais entidades que integram a comissão de negociação não aceitaram a proposta e voltaram a defender o índice de 8,41% mais 24% de abono.</p> <p>Insistiram também na discussão de outras reivindicações importantes, como piso salarial, hora-tecnológica, regulamentação de planos de carreira, entre outras.</p> <p>Também foi bastante discutida a importância das redes sociais para a mobilização da categoria e ampla divulgação, inclusive junto aos alunos, dos problemas enfrentados na campanha salarial.</p> <p>Vale lembrar que a PUC-SP e outras escolas do ensino superior concederam um adiantamento salarial em abril correspondente a 5% do salário de fevereiro/2014.</p>
<p>7,66%</p>	<p>A Fundação São Paulo informou na semana passada que enviou ao Sinpro-SP a primeira parcela da dívida referente aos valores acumulados dos 7,66% de 2005 aos professores que não fizeram acordo em 2010. Agora caberá ao Sinpro-SP finalizar os cálculos com os valores que cada docente deverá receber.</p> <p>Também ainda não foi definida a forma por intermédio da qual os representantes/herdeiros dos docentes que já faleceram receberão os valores devidos por força do acordo referente ao reajuste de 7,66%. O endereço eletrônico para cadastramento dos professores é http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp. Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%"</p>
<p>ABONO DA PLR</p>	<p>Na sexta-feira, 24/4 o Tribunal Regional do Trabalho concluiu o julgamento da ação referente ao pagamento do abono da Participação de Lucros e Resultados aos professores da PUC-SP. No dia 30/4 a juíza anunciou a improcedência da ação da Fundasp que alegava a possibilidade de perda da filantropia e por isso depositou em juízo os valores correspondentes ao pagamento, aguardando um parecer da Receita Federal. Segundo o Sinpro-SP, o atraso no crédito dos valores correspondentes a cada trabalhador deverá redundar em pagamento de juros e multas pela Fundação São Paulo.</p>

EDITORIAL

Sobre distorções da realidade

Resposta da APROPUC mostra que Reitoria tenta reescrever a história recente da gestão da Universidade e esconder suas maldades e malfeitos.

Em nota publicada na edição anterior do **PUCViva**, sob a rubrica do "Direito de Resposta - Sobre o editorial da Apropuc", a Reitoria da PUC-SP afirma que a APROPUC "distorce a realidade" no editorial "Contra o desmonte da PUC-SP" veiculado na edição 946, de 20/04/2015. A nota tenta contestar afirmações da APROPUC que são do conhecimento geral da comunidade puquiiana. Vamos aos fatos.

A Reitoria diz: "Não é verdade que as demissões de 2006 foram 'violentas'."

Lembramos que em 2006 a PUC-SP demitiu de uma só vez mais de 400 professores, a maioria em processo sumário sem qualquer justificativa e sem qualquer consideração à qualificação docente e aos serviços prestados pelos profissionais à Universidade. Boa parte da lista dos demitidos foi montada pela equipe da Reitoria da época, que era integrada inclusive por pessoas que fazem parte da Reitoria atual. Os demitidos, muitos professores com mais de 10, 20 e 30 anos de dedicação à PUC-SP, ficaram sabendo de sua demissão por telegrama, em suas respectivas casas, foram pegos de surpresa, tratados de forma

desrespeitosa e humilhante. Muitos sofreram e sofrem até hoje com a forma traumática das demissões. Se a atual Reitoria ainda não considera tal procedimento uma tremenda violência contra os professores é porque não tem mesmo qualquer noção da realidade, carece da formação humanista e tenta esconder, no cinismo típico dos insensíveis, fatos que marcaram irremediavelmente a história da PUC-SP. A Reitoria seria mais digna se fizesse mea culpa e pedisse desculpas à sociedade por aquela barbárie.

A Reitoria diz: "Não é verdade que a mudança do Estatuto 'restringiu a democracia interna'."

A mudança do Estatuto retirou a participação de todo o quadro docente da Universidade nos órgãos e instâncias de gestão e deliberação, que ficaram limitados aos professores aprovados na carreira acadêmica, sendo que o acesso à carreira ficou represado durante muitos anos e continua represado. Com a fixação de cotas muitos professores titulados continuam sem possibilidade de progressão na carreira. Se a atual Reitoria não reconhece que tais mudanças rebaixam e reduzem a democracia é porque, mais uma vez o cinismo típico dos autoritários entende a democracia como concessões

dos poderosos de plantão. A Reitoria seria mais honesta se permitisse a participação de **todos** os professores em **todas** as instâncias, sem restrições, e respeitasse sempre a vontade da maioria.

A Reitoria diz: "Não é verdade que o Consad seja uma 'excrecência'."

Antes da criação do Consad todas as deliberações acadêmicas, administrativas, econômicas, financeiras e políticas eram subordinadas, em última instância, ao Consun, como mandam as leis que regem as universidades brasileiras. O representante da Fundasp na administração era o próprio reitor eleito pela comunidade. A criação do Consad foi uma imposição da Fundação São Paulo para assumir não só as decisões nas áreas administrativas, econômicas e financeiras, mas também para subordinar as decisões políticas, acadêmicas, trabalhistas e de planejamento da Universidade ao reduzido colegiado do Consad. Tanto é que no presente momento o Consad tenta passar no Consun a extinção pura e simples dos departamentos, órgãos estruturais das carreiras docentes e de organização das áreas do conhecimento e dos núcleos de pesquisa. Se a atual Reitoria ainda não percebeu que o Consad transformou a própria Reitoria

em fantoche da Fundasp é porque concorda com essa subserviência. A Reitoria seria mais decente se reconhecesse que a Universidade perdeu a autonomia acadêmica para um órgão que só pensa no dinheiro.

A Reitoria diz: "Não é verdade que haja uma 'reitora biônica'."

O dicionário Houaiss considera biônico todo "aquele que recebe mandato por nomeação, sem ter sido eleito". No caso da reitora biônica da PUC-SP vale recordar que ela disputou a eleição interna (na qual votam os professores, funcionários e estudantes) com mais dois candidatos e que assumiu, publicamente, o compromisso de respeitar a decisão democrática da maioria e a eleição do mais votado. No entanto, após a eleição, a biônica aceitou a nomeação apesar de ter ficado em terceiro e último lugar na ordem dos votos. Foi de fato majoritariamente recusada por professores, estudantes e funcionários. Mas, vergonhosamente descumpriu a palavra dada durante a campanha eleitoral e, na cara de pau, aceitou a nomeação imposta pelo Grão Chanceler. Qualquer pessoa

continua na próxima página

continuação da página anterior

minimamente ética teria reconhecido a vontade das urnas e elegantemente cumprimentado o mais votado. Se a atual Reitoria confunde vale-tudo com democracia e se agarra a cargo acima de conduta civilizada, não é mesmo capaz de aferir o enorme dano que seu gesto causou ao patrimônio ético e moral da Universidade.

A Reitoria diz: "Não é verdade, por fim, que

haja 'aparelhamento de instâncias acadêmicas', demissões "arbitrárias" de professores e funcionários e 'enorme repressão sobre estudantes e a vida universitária'."

Tais negativas não apenas contrariam inúmeros fatos reais do conhecimento de todos na PUC-SP (professores, estudantes e funcionários), como também revelam o embuste da atual Reitoria em não assumir a responsabilidade pelas arbitrariedades, como os processos abertos contra professores, a denúncia de estu-

dantes à polícia, o terrorismo implantado sobre os funcionários, a utilização das instâncias acadêmicas para assediar e perseguir professores e funcionários. Vale lembrar o primeiro ato da atual Reitoria de proibir quaisquer manifestações na Universidade, ecoando o funesto AI-5 da ditadura militar, ato veementemente repudiado pela comunidade e revogado em seguida. Além disso, no afã de bajular a poderosa Fundasp, a Reitoria foi conivente com as demissões de 50 professores no último dia antes do reces-

so do final de 2014, assim como adotou medida de economia para impedir a redistribuição das aulas entre professores da própria Instituição. Tanto é que tudo isso é verdade que vários órgãos internos têm protestado contra os desmandos, o jornal **PUCViva** tem noticiado sistematicamente as barbaridades e os processos trabalhistas se avolumam contra a PUC-SP.

Afinal, quem distorce a realidade?

Diretoria da Apropuc

Encontro debate impasses do Jornalismo

Professores e alunos do curso de Jornalismo da PUC-SP reuniram-se na quarta-feira, 29/4, para debater os impasses e perspectivas da profissão, partindo de ideias suscitadas pelo texto "O suicídio do jornalismo", de Sylvia Debossan Moretzsohn. O debate teve a contribuição de três professores do departamento: José Salvador Faro, José Arbex Junior e Aldo Quiroga.

Na opinião do professor Faro, hoje o jornalismo passa por quatro problemas. O primeiro deles é o esvaziamento devido à perda de referências, movimento que acontece devido à midiaticização e espetacularização da sociedade, que vêm liquidando a capacidade jornalística, com a ética e com certos compromissos da profissão.

O segundo problema, ele explica, deriva do fato das empresas jornalísticas misturarem suas necessidades financeiras com o acesso à informação. O terceiro problema é causado pelos desafios



Da esquerda para a direita os professores José Arbex Jr., José Salvador Faro, a mediadora Lu Sudré e o professor Aldo Quiroga

criados por novas tecnologias, que exigem dos profissionais atuação em plataformas que eles não conseguem acompanhar. Por último, existe uma crise nos cursos de jornalismo, que insistem em preparar os alunos para o mercado de trabalho. "Ensinar para o mercado desvirtua os objetivos e forma um aluno sem capacidade crítica", conclui o professor.

Arbex, por sua vez, concorda que o jornalismo precisa seguir certos princípios e procedimentos específicos. Por isso mesmo, o professor pontua que as grandes empresas de co-

municação não fazem jornalismo atualmente, pois são grandes monopólios, que em sua essência não respeitam a democracia, princípio que deve ser primordial no jornalismo.

O professor coloca ainda a questão de que um jornalismo "espontâneo e intuitivo" não pode ser considerado jornalismo, justamente por não seguir certos critérios éticos e profissionais. Por outro lado, Arbex incentiva a criação de meios alternativos para que os jornalistas consigam fazer frente à grande imprensa e lutar contra os mono-

pólios da comunicação e por democracia.

Já o professor Quiroga levou o debate para o ponto mais prático, explicando que se há uma saída para a atual "crise do jornalismo", ela se encontra na atuação individual do jornalista e principalmente em como os estudantes se portam durante seus anos de graduação.

Para Quiroga, a função primordial do jornalista é militar pelo jornalismo e não por causas específicas, ou seja, militar pelo acesso à informação e pela informação a favor do interesse público.

ANDRESSA VILELA

MOVIMENTOS SOCIAIS

Reunião aprova indicativo de greve nacional de professores federais

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) definiu, em reunião realizada nos dias 24 e 25/4, uma rodada de assembleias gerais pautando indicativo de greve dos docentes federais, com início da paralisação no período de 25 a 29 de maio.

Segundo Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, em entrevista publicada no site do Sindicato, em abril do ano passado, o governo interrompeu as negociações com o ANDES-SN, quando foi registrado um avanço nas tratativas sobre a carreira docente.

Os representantes das seções sindicais relataram a profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas instituições, com problemas de infraestrutura, falta de docentes e técnicos, o atraso de pagamento dos trabalhadores terceirizados, suspensão de contratos de

manutenção e de fornecimento de insumos, atraso de pagamento das contas, o corte de bolsa para estudantes, corte de verbas de fomento e de diárias e passagens para participação em eventos científicos, entre outros. A situação vivenciada pela comunidade acadêmica nas IFE se agravou em 2015, com os cortes impostos às verbas destinadas aos serviços públicos, que no setor educacional representou R\$ 7 bilhões.

Os principais pontos da pauta dos professores federais são a defesa do caráter público da educação e a garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora; reestruturação da carreira para o magistério federal, condições de trabalho, garantia de autonomia, valorização salarial para ativos e aposentados, e a luta contra a reforma da previdência - com a revogação das medidas provisórias 664 e 665.

Nos dias 15 e 16 de

maio, ocorre nova reunião do Setor para avaliar a conjuntura e o resultado da rodada de assembleias. No dia 29/5, os professores

também participarão do Dia Nacional de Paralisação contra o Projeto de Lei 4330, que regulamenta a terceirização.

Juíza reconhece legalidade de greve dos professores de SP

Os professores do estado de São Paulo chegam a mais de 50 dias de greve, com adesão de 59% da categoria, segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Durante a semana passada, o movimento sofreu diversos ataques, inclusive do governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), que voltou a afirmar que a greve não está acontecendo.

A Apeoesp divulgou uma nota rechaçando a postura do governador. "Os meios de comunicação já confirmaram *in loco* que a greve atinge a rede estadual de ensino em todas as regiões do estado e que o número de professores para-

dos supera 50%, chegando em alguns momentos a 70% ou 75% da categoria. Por ordem do governo, muitas escolas tentam manter uma aparência de normalidade, mas não há atividade regular nas escolas estaduais", diz o texto.

Já no dia 24/4, a juíza Luíza Barros Rozas, da 11ª Vara da Fazenda Pública, reconheceu a legalidade da greve e permitiu que os professores possam entrar nas escolas, durante os intervalos, para conversar com colegas e afixar cartazes para divulgar a paralisação. No último dia 30, a categoria realizou uma nova assembleia e a paralisação deve continuar.

Professores deflagram greve e servidores entram em confronto com a polícia no Paraná

A greve dos professores da rede estadual de ensino do Paraná, deflagrada em 25/4, já tem adesão de quase 100% da categoria, apesar de logo depois da decisão a Justiça do Estado ter, a pedido do governador Beto Richa (PSDB), declarado a paralisação ilegal.

A greve foi decidida em protesto contra as alterações propostas pelo governo Richa, que afetarão os servidores estaduais aposentados e pensionistas com mais de 73 anos de idade. Na mesma assembleia, os professores lançaram a cam-

panha salarial de 2015.

Na semana passada, em duas ocasiões, a Polícia Militar utilizou de truculência para deter manifestações dos servidores, o que culminou em diversas pessoas feridas.

Os servidores protestavam fundamentalmente

contra a mudança na previdência dos funcionários públicos. O governador do Paraná Beto Richa (PSDB) enviou projeto que reduz o repasse do governo para pensões. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Falece Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte

Morreu aos 72 anos de idade, na segunda-feira, 27/4, Inês Etienne Romeu, militante, ex-presa política e ex-líder da Vanguarda Revolucionária Palmares (VPR).

Inês foi a única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, centro clandestino de tortura e desaparecimento, mantido durante a ditadura militar no Brasil.

A militante ficou presa

e foi torturada por 96 dias e só conseguiu escapar após fingir aceitar ser uma infiltrada.

Oito anos depois, Inês Etienne Romeu enviou um relatório à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em que revelou a existência do local e o codinome dos torturadores que lá ficavam. A militante conseguiu ajudar ainda no recente relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Abepps discute na sede da APROPUC seu planejamento para 2015/16

No dia 25 de abril, sábado, na sede da Apropuc, aconteceu a reunião ampliada da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) regional sul II. A reunião tinha como um dos principais objetivos, discutir e aprovar o planejamento das ações do biênio 2015-2016, que compete o mandato da gestão "Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência", além de deliberar sobre a construção de um Seminário Regional para discutir a precarização do Ensino Superior em Serviço Social.

O planejamento foi discutido e aprovado pela comunidade presente. Foram também definidos os nomes da composição dos Grupos de Trabalho (GT), Fóruns e eventos a serem realizados no 1º semestre de 2015. Na mesma data, foi definida a data e local do Seminário Regional da ABEPSS, que tem como pauta a precarização do ensino superior em São Paulo, será realizado no dia 27/6 em Mauá/SP. A próxima reunião da ABEPSS será no dia 30/5, também na sede da APROPUC, compareça!

GAUCHE NA VIDA

Governo autista

Vladimir Safatle

Não há nada mais patético no Brasil do que ouvir políticos falarem sobre educação.

Todos concordarão que a educação é a prioridade nacional, assim como descreverão programas maravilhosos aplicados em seus Estados que teriam redundado em inquestionável impacto na qualidade do ensino. Então, números fabulosos aparecem corroborando mais uma história de sucesso, até que um mal intencionado programa internacional de avaliação joga todos os números nacionais no chão.

O princípio vale para o problema central do ensino brasileiro, a saber, a destruição da carreira de professor. A Coreia do Sul é sempre lembrada como exemplo de salto educacional. Seus professores do

ensino público ganham em média US\$ 4.000, ou seja, ao menos quatro vezes mais do que seus similares brasileiros.

Com isso, não admira que nossos melhores alunos não queiram mais ser professores, criando uma profissão completamente sucateada e precarizada. Sem bons professores, não haverá tablet, matemática em 3D ou consultor de Harvard que conseguirá transformar nossa educação pública em algo minimamente aceitável.

Então você lê, em algum pé de página de jornal, que "professores do Estado de São Paulo estão em greve há 44 dias" ou "professores do Estado do Paraná entram em greve por tempo indeterminado". Começam a aparecer relatos das condições precárias de trabalho, salas de aulas fechadas para a concentração de alunos em outras unidades, pro-

fessores com mestrado e doutorado há dois anos sem reclassificação salarial e defasagens inexplicáveis de salários entre professores e outros funcionários públicos com o mesmo nível de formação.

Em outras épocas, depois de 44 dias de greve, você esperaria que o poder público se mobilizasse para dar alguma resposta ou que a sociedade civil se indignasse com a passividade daqueles que gerem o dinheiro de seus impostos. Mas, ao menos em São Paulo, temos outra forma de resolver problemas. Aqui, o governo desenvolveu um método incrivelmente eficaz que pode ser chamado "eliminação nominalista". Por exemplo, perguntado sobre a greve de seus professores, o governador de São Paulo afirmou nesta segunda-feira (27): "Não existe greve de professores em São Paulo".

Ele é particularmente bom nisso. Há alguns meses, confrontado com racionamentos de água que afetavam a população de seu Estado, não temeu em afirmar: "Não existe racionamento de água em São Paulo".

Você também pode tentar isso em casa. Faça cara de sério, pense em algum problema grave e diga de maneira firme e pausada: "Este problema não existe". Ao menos em São Paulo, a técnica funciona.

Vladimir Safatle é professor de Filosofia na USP.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

ROLA NA RAMPA

Estudantes são premiados em evento de Ciências Contábeis

Na comemoração do Dia do Contabilista, promovido pelo Sindcont, cinco estudantes do curso de Ciências Contábeis (FEA) da PUC-SP foram premiados por seus projetos, no dia 24/4. No evento, o prêmio Hilário Franco, de Contabilidade foi entregue para Daniele Aparecida da Silva (1º lugar, com o trabalho "A Percepção das BigFour e de seus Auditores Independentes para com o Programa de Educação Profissional Continuada", orientada pelo professor e diretor executivo do CRCSP, Claudio Rafael Bifi), Gabriel Alves Baltar (2º lugar, orientado pela professora Dilene Ramos Fabretti na monografia: "Harmonização e Convergência entre as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade: Análise dos impactos no tratamento contábil do ágio em combinações de negócios nas sociedades por ações"), Felipe Sebastião da Silva Ferreira (3º lugar com o projeto "Con-

tabilidade Ambiental: um Estudo do impacto dos eventos econômico ambientais nas organizações", orientado pelo professor Alexandre Gonzales), Flavia Regina Alves de Oliveira (4º lugar, orientada pelo professor José Heleno Mariano no trabalho "Lavagem de Dinheiro - Implicações na Atividade Profissional Contábil mediante as alterações legais") e Juliana Gonçalves dos Santos (5º lugar com a monografia "Contabilidade de Condomínios: a utilização da Contabilidade como recurso na gestão de condomínios edifícios verticais residenciais", feita sob a supervisão da professora Denise Fabretti). Nesta edição, o vencedor recebeu o valor de R\$ 4 mil, em dinheiro. O segundo colocado ganhou R\$ 2,5 mil e o terceiro recebeu R\$ 1 mil. Os quarto e quinto colocados receberam cursos ministrados pelo Centro Piloto de Aperfeiçoamento e Especialização Contábil "Senador João Lyra" – Cepaec.

Áudio de palestras está disponível para consulta

O áudio de palestras organizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (NEAM) já estão disponibilizados para consulta. A primeira teve o professor Miguel Chaia debatendo "Uma perspectiva trágica: Poder e

Política em Shakespeare", disponível no link <http://goo.gl/oyMUjq>, e a segunda aconteceu com o professor Erson Martins de Oliveira debatendo sobre Arte e Literatura na Obra de Marx e Engels, que pode ser ouvida em <http://goo.gl/uDGpPa>.

Grupo de pesquisa da Fea faz novo encontro

O Grupo de Pesquisa em Política para o Desenvolvimento Humano, do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e do Departamento de Economia da PUC-SP, promove no dia 4/5 mais uma reunião. Desta vez, o tema do

debate será "O papel do Estado como executor de política industrial: uma análise comparativa entre Brasil e Índia", ministrado por Gabriel de Oliveira e Silva. O encontro acontece às 11h30, na sala 137 do campus Monte Alegre.

Último dia para inscrição de chapas na eleição da AFAPUC

Nesta segunda-feira, 04/5, termina o prazo para a inscrição de chapas para a renovação da diretoria da AFAPUC. As chapas deverão ser foadas por presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro. Já o conselho fiscal deverá ser composto por três membros titulares e três suplentes.

As inscrições poderão ser feitas na Sede da AFAPUC, localizada no ERBM, Campus Monte Alegre, entrada pela R. Ministro de Godoy, 1055 (Garagem), Perdizes, São Paulo, no horário das 8h às 17h, através de requerimento, impresso próprio fornecido pela Comissão Eleitoral e disponível no site da AFAPUC

Exposição de Augustino das Neves no Conjunto Nacional

O artesão Augustino das Neves, que já expôs na Biblioteca Nadir Kfoury no campus Monte Alegre, agora leva seus trabalhos de marchetaria ao Conjunto Nacional, até o dia 10/5. Suas peças são exclusivas, sendo impossível dois projetos iguais, já que Augustino utiliza materiais reciclados e inspiração de cada momento, tornando cada

produção única, transformando o que outras pessoas chamam de lixo em objetos de decoração e arte. A exposição "Marchetaria - Cultura e Estilo" é organizada pelo Projeto Intervenções, em colaboração com NEC-APV, Conjunto Nacional e participação especial da COOPERA-ACS (Cooperativa de Artes Alternativas).

Comissão de Alimentação divulga seu novo e-mail

A Comissão de Alimentação da PUC-SP, criada para melhorar os serviços prestados na praça de alimentação da universidade, agora possui um novo canal para contato, o email co-

missaodealimentacao@pucsp.br. Aproveite a nova forma de diálogo para elogiar, criticar e sugerir melhorias para os serviços de alimentação dentro da universidade.

"Desconstrução de um sonho" continua à venda na APROPUC

O livro "Desconstrução de um sonho", de Paulo Cesar Sampaio, que foi lançado no dia 26/3 na APROPUC, está disponível para compra na sede da entidade, na rua Bartira, 407 e custa R\$ 30. O livro trata do sofrimento imposto às pessoas que cometem delitos, por estarem com transtornos mentais, são absolvidas e cumprem suas absolvições em Hospitais de Custódia. Além de serem tra-

tadas inadequadamente, são vítimas de abusos e maus tratos em um sistema que já foi comparado com a Sucursal do Inferno; o livro busca também mostrar um caminho para um tratamento humanizado destas pessoas, com o objetivo de reinseri-las na sociedade em condições de viver com dignidade, conscientes de seus transtornos e sem colocar em risco a sociedade ou a sua vida.